

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.513.418 - RJ (2015/0023467-9)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**  
**ADVOGADOS** : **DANIEL MATIAS SCHMITT SILVA - RJ103479**  
**KARINA ADUM GOMES - RJ176110**  
**THIAGO DE SOUZA CARREGAL E OUTRO(S) - RJ150159**  
**RECORRIDO** : **AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A**  
**ADVOGADOS** : **JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852**  
**JULIANA GREGÓRIO DE SOUZA E OUTRO(S) - RJ177008**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, com fundamento no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

"Processo originário que não versa sobre direito do consumidor. Recurso distribuído para Câmara Especializada. Impossibilidade. Competência Absoluta. Inteligência do art. 3º, 1º da Lei 6375/12. Precedente : 0048944-77.2013.8.19.0000 - AGRADO DE INSTRUMENTO DES. LUIZ FELIPE FRANCISCO - Julgamento: 10/09/2013 - VIGÉSIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR . DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA PARA CÂMARA CÍVEL NÃO ESPECIALIZADA" (fl. 77e).

Opostos dois Embargos de Declaração, foram eles rejeitados (fls. 131/135e; 143/148e).

Alega a parte recorrente violação aos arts. 535, I e II, do CPC/73, e 349 e 786 do Código Civil, sustentando, em síntese, que: **(a)** "tem-se que o acórdão deixou de apreciar questão de grande relevância para o deslinde da questão, eis que um dos pontos centrais da resolução da demanda – a clara configuração de relação de consumo entre as partes – estava ali demonstrada, malgrado a recalcitrância do julgador em aderir a tese" (fl. 154e); **(b)** "em nenhum momento o Colendo Órgão Colegiado Regional fundamentou a razão de não classificar a relação jurídica desta demanda como sendo de consumo, mencionando, apenas, que a presente ação versa sobre cobrança decorrente de contrato de seguro e por esta razão a matéria não versa originariamente sobre direito do consumidor" (fl. 155e); **(c)** "com a subrogação realizada pela recorrente, ela pode aproveitar de todos os direitos atinentes ao ressarcimento da quantia paga em função de falha na prestação de serviços da recorrida, no que de pronto já se pode observar uma clara e verdadeira relação de consumo existente" (fl. 156e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 168/169e).

A irresignação não merece prosperar.

Em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido, julgado sob a égide do CPC/73, não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

No que diz respeito ao mérito, a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, asseverou o seguinte:

"Em análise dos autos, verifica-se que a matéria em debate versa sobre cobrança decorrente de contrato de seguro firmado com terceira pessoa.

Sendo assim, o polo ativo da demanda é composto por seguradora e tem como causa de pedir ressarcimento de sinistro ocorrido com segurado, matéria que não versa originariamente sobre direito do consumidor, conforme determina a Lei 6375/12. O que afasta a competência desta Colenda Câmara.

(...)

**Convém lembrar, ainda, que é assente o entendimento jurisprudencial no sentido da adoção da teoria finalista ou subjetiva em relação à pessoa jurídica, que pode ser considerada consumidora quando for destinatária final do bem ou serviço adquirido, excluindo-se, contudo, o consumidor intermediário, qual seja, aquele que retorna o produto para as cadeias de produção e distribuição, integrando o preço final de um novo bem ou serviço.**

**O ponto central da distinção sobre destinatário final reside no fato de que o consumo não poderá visar lucro, bem como não pode compor uma das fases de qualquer atividade empresarial.**

Outra hipótese, mitigando-se a teoria finalista, entende-se para que a pessoa jurídica seja consumidora, necessária a existência de vulnerabilidade, nos termos do art. 4º, I, do CDC, relacionando-se à hipossuficiência técnica, jurídica ou econômica.

Verifica-se que, no caso presente, não estamos diante de 'relação consumerista', mas de demanda onde a seguradora sub-rogou-se no

direito de seu segurado, em razão de pagamento de sinistro.

**Nesse caso, a seguradora, pessoa jurídica, não se encontra inserida na hipótese de vulnerabilidade ou hipossuficiência, não estando evidenciada qualquer hipótese capaz de torna-la parte mais fraca em relação a ré, equiparando-a à condição de consumidor.**

**Ademais, a seguradora é de grande porte, e considerá-la como hipossuficiente técnica, jurídica ou econômica, seria ir de encontro a todos os Princípios e Teorias do Direito referentes ao Direito do Consumidor.**

Quanto ao contrato, que teria servido de base para a ação em debate, distingue-se dos demais, porque tem, como sujeito ou elemento subjetivo, uma seguradora e, como objeto ou elemento objetivo, o ressarcimento de valores pagos ao seu segurado.

Com a criação das Câmaras Cíveis Especializadas em Direito do Consumidor em nosso Tribunal do Rio de Janeiro, devemos nos ater ao cumprimento das regras e leis aplicáveis a espécie, pois serviremos de parâmetros para diversos julgados, não só no Estado do Rio de Janeiro, como em todo território Nacional.

Lembrando-se, sempre, que visa o CDC a 'Defesa do Consumidor'.

Assim, como essas ações não tratam sobre práticas abusivas ou contrárias a qualquer direito do consumidor, não há razão para que a análise da lide seja por uma das Câmaras Especializadas" (fls. 122/123e).

Entretanto, tais fundamentos não foram impugnados pela recorrente, nas razões do Recurso Especial, de modo que incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"TRIBUTÁRIO - CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - COBRANÇA DE ANUIDADE E DE TAXA DE ANOTAÇÃO DE FUNÇÃO TÉCNICA - FILIAL LOCALIZADA NA MESMA JURISDIÇÃO DA RESPECTIVA MATRIZ - REQUISITOS - MULTA - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO - SÚMULA 283/STF.

(...)

**4. Ausente a impugnação a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, o recurso especial não merece ser conhecido, por lhe faltar interesse recursal. Inteligência da Súmula 283 do STF, aplicável, por analogia, ao recurso especial.**

5. Recurso especial conhecido em parte, e, nessa parte, parcialmente provido" (STJ, REsp 1299897/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/05/2013).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **conheço em parte** do Recurso Especial, e, nesta parte, **nego-lhe provimento**.

Deixo de majorar os honorários recursais, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 10 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES

Relatora

